

PLATAFORMAS DIGITAIS

Intrigas e nada de avanços na regulação

Oposição critica pedido de Lula a líder chinês; Congresso alheio à tarefa de implicar redes

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O tema da regulação das redes sociais ganhou novos debates ante a iniciativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de solicitar, em reunião com o presidente da China, Xi Jinping, o envio de "uma pessoa de confiança dele (Xi)" para discutir possíveis efeitos negativos da chinesa TikTok entre usuários brasileiros.

Líderes da oposição, o deputado federal Daniel Zucco (PL-RS) e o senador Rogério Marinho (PL-RN), criticaram o chefe do Executivo. "O ato falho de Lula revela a força da chamada 'democracia relativa', que a esquerda pretende implantar no Brasil", disse Marinho.

Zucco, por sua vez, classificou de "escândalo" a revelação de que a primeira-dama Janja da Silva falou sobre o TikTok com o presidente chinês em nome do governo brasileiro.

Lula tratou do assunto com Xi Jinping na terça-feira. No encontro, a primeira-dama Janja da Silva, de acordo com informações vazadas à imprensa, teria relatado ao líder chinês efeitos nocivos do TikTok. Como resposta, Xi Jinping teria dito que "o Brasil tem legitimidade para regular e até banir, se quiser, a plataforma".

Lula se irritou com o vazamento da informação e disse ter sido o autor da pergunta a Xi Jinping sobre o TikTok. "Não foi Janja, eu que fiz a pergunta. Eu perguntei ao companheiro Xi Jinping se era possível ele enviar para o Brasil uma pessoa da confiança dele para gente discutir a questão digital e, sobretudo, o TikTok. E aí a Janja pediu a palavra para explicar

Ricardo Stuckert / PR



O presidente Lula demonstrou irritação ao responder a perguntas de jornalistas sobre o caso Janja

Rigor chinês

A política chinesa para o universo digital é uma das mais rigorosas do mundo. O controle das redes sociais e de toda a internet é severo no país. O governo usa um sistema conhecido como Grande Firewall para vigiar e fiscalizar o uso. Os posts nas redes sociais costumam ser censurados, quando trazem críticas ao Partido Comunista Chinês ou defendem movimentos pró-democracia.

o que que está acontecendo no Brasil, sobretudo contra as mulheres e contra as crianças. Foi só isso", frisou.

A regulação das redes tem sido uma demanda de Lula e do Supremo Tribunal Federal (STF), mas projetos sobre o assunto estão parados na Câmara.

Um dos projetos é o 2.630/2020, conhecido como o "PL das Fake News", de autoria do senador Alessandro Vieira (PS-DB-SE). O objetivo do texto é criar a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, propondo a regulação de plataformas digitais como Google, Meta (Instagram,

Facebook), Twitter, TikTok, WhatsApp e Telegram.

Segundo o PL, a ideia é fortalecer a democracia, garantir a transparência dos provedores e, principalmente, controlar a disseminação de notícias falsas e discursos de ódio na internet. A proposta também prevê a criação do Conselho de Transparência e Responsabilidade na Internet, responsável por fiscalizar e aplicar sanções aos provedores.

Apesar de ter o regime de urgência aprovado em abril de 2023, o projeto não avançou para votação em plenário e até o momento não tem previsão para ser apreciado.

Crimes de ódio: adolescentes apreendidos

» VANILSON OLIVEIRA

A Polícia Civil do Rio de Janeiro apreendeu, ontem, cinco menores de idade, acusados de envolvimento com crimes de ódio e exploração digital. A ação faz parte da segunda fase da Operação Adolescência Segura, que mira uma organização criminosa com atuação nacional, responsável por aliciar adolescentes para a prática de crimes cibernéticos de extrema violência.

Além do Rio de Janeiro, mandados de internação provisória foram cumpridos em Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina. Em São Paulo, agentes também executaram um mandado de busca e apreensão.

A mobilização envolveu cerca de 60 policiais civis em diferentes estados, sob coordenação da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (Dcav), do Rio de Janeiro, com apoio do CyberLab, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SNSP).



O Discord compartilhou informações com as autoridades competentes, banuiu as contas envolvidas e derrubou o servidor"

Trecho da nota da plataforma

Essa nova etapa ocorreu um mês após a primeira fase da operação, deflagrada em 15 de abril, quando dois adultos foram presos e sete adolescentes apreendidos.

As apurações começaram em fevereiro deste ano, após um caso na Zona Oeste do Rio de Janeiro, quando um adolescente ateu fogo em um homem em situação de rua, enquanto o outro filmava e transmitia ao vivo para

espectadores em um servidor da plataforma Discord. O aplicativo Telegram também era utilizado para disseminar o conteúdo e é uma das plataformas também investigadas.

Segundo a polícia, esse novo caso faz parte de uma rede articulada que recruta jovens para a prática de crimes como tentativa de homicídio, incitação ao suicídio e à automutilação, estupro virtual de vulnerável, apologia ao nazismo, maus-tratos a animais, invasão de dispositivos eletrônicos e disseminação de pornografia infantil.

Agências internacionais como Homeland Security Investigations (HSI) e o Centro Nacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas (NCMEC), dos Estados Unidos, vêm acompanhando e colaborando com as investigações, fornecendo relatórios e dados técnicos que impulsionaram o avanço das investigações.

Por nota, a plataforma Discord afirmou ter atuado proativamente

no caso, derrubando servidores e bloqueando perfis. "Violência e atividades ilegais não têm espaço no Discord ou na sociedade. Neste caso, o Discord compartilhou proativamente informações com as autoridades competentes, em conformidade com a lei, banuiu as contas envolvidas e derrubou o servidor".

Em outro trecho, o Discord disse que conta com equipes especializadas que atuam diretamente no combate a essas redes organizadas e "investe pesado em ferramentas avançadas de segurança e sistemas de moderação para proteger nossos mais de 200 milhões de usuários no mundo todo, porque sabemos que manter a segurança on-line hoje exige atenção constante. Estamos totalmente comprometidos em colaborar com as autoridades locais para garantir um espaço seguro e positivo para todos os nossos usuários no Brasil", declarou a plataforma.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Crise dos Correios revela oportunidade perdida para privatização

Os Correios pedem a colaboração dos funcionários no plano de recuperação da empresa, diante de um prejuízo de R\$ 2,6 bilhões em 2024. A nova crise da estatal é um bumerangue corporativista: foi a resistência dos próprios funcionários à privatização da empresa que levou ao quadro atual. Houve uma mudança de paradigma no setor postal, que a empresa não soube acompanhar, quando ainda não tinha grande concorrência no que seria sua vocação natural, após as mudanças tecnológicas que a levaram à substituição de cartas e telegramas por e-mails e mensagens de WhatsApp: a logística, sobretudo a entrega de encomendas e compras on-line.

Entre as medidas propostas, os Correios pedem que os funcionários adiem as férias de 2025 para 2026 e aceitem a redução da jornada de trabalho com redução proporcional de salário. A empresa também vai prorrogar o programa de demissão voluntária até 18 de maio. Tudo para economizar R\$ 1,5 bilhão em 2025 e evitar um megaprejuízo neste ano, que pode ultrapassar os R\$ 3 bilhões. O modelo de negócio, o tamanho e a eficiência da estatal estão no centro da crise.

Os Correios têm 11,7 mil agências de atendimento, 25 mil veículos próprios e estão presentes em 100% dos municípios brasileiros. Porém, têm um histórico de complexos problemas administrativos, com greves prolongadas de profissionais, corrupção, balanços negativos em anos consecutivos e perda de prestígio e qualidade no serviço, que já foi exemplar.

O presidente dos Correios justifica parte do prejuízo com os investimentos da empresa: R\$ 1,6 bilhão nos últimos dois anos em tecnologia, infraestrutura operacional e renovação da frota de veículos. "Nós pegamos uma empresa que estava prestes a ser privatizada, então é uma empresa que estava sucateada, se deixou de investir em inovação, e isso para uma empresa que se pretende ser eficiente na logística, nas entregas", diz Fabiano Silva dos Santos.

Na verdade, houve aumento dos custos em mais de R\$ 700 milhões, puxados pelo reajuste salarial dos servidores e as despesas com pagamento de precatórios. A empresa afirma que precisou recompor salários defasados, porém, a receita obtida pela prestação de serviços caiu R\$ 335 milhões em 2024. Cerca de 85% das agências operam no vermelho. Ou seja, os salários aumentam e a produtividade cai.

Os argumentos a favor da venda de ativos como os Correios são verdadeiros. O país não tem como financiar investimentos na modernização de nossa infraestrutura sem privatizações e entrega de serviços à exploração das empresas privadas em diversas áreas onde a presença do estado deixou de ser necessária. A esquerda demoniza o uso de mecanismos de mercado para melhorar a atuação do Estado. A direita demoniza o uso do Estado para lidar com as falhas do mercado.

Modelo alemão

Enquanto isso, as empresas de tecnologia estão reinventando o mundo. Hoje, os principais concorrentes dos Correios são a Amazon e o Mercado Livre, além da DHL, o verdadeiro bicho papão, fruto de um caso bem-sucedido de privatização. Trata-se de uma divisão da Deutsche Post do setor de logística internacional e correio expresso. Tem sede na cidade alemã de Bonn. Fundada em 1969, DHL é um acrônimo do nome dos seus criadores norte-americanos, Adrian Dalsey, Larry Hillblom e Robert Lynn (History, 2008).

Na sua rede global, a DHL incorpora cerca de 6.500 escritórios e mais de 120.000 destinos espalhados por mais de 220 países. No Brasil, opera com remessa de documentos e correspondência, logística para empresas (transporte, embalagem e armazenamento) e movimentação de cargas (aérea, ferroviária, marítima e rodoviária). Domina o mercado internacional com aproximadamente 1,5 bilhão de remessas por ano, sob o lema "Nós movemos o mundo".

A marca DHL incorporou várias empresas adquiridas pela Deutsche Post, o antigo Deutsche Bundespost da Alemanha, a empresa de correios alemã, que foi privatizada em 1995 e transformada em três sociedades anônimas. É a privatização mais bem-sucedida do mundo, que começou na década de 1990, de forma escalonada e sob proteção do governo durante a transição.

O governo alemão vendeu 50% das ações da Deutsche Post para um banco público, o KfW; no ano seguinte, um lote com 29% das ações foi oferecido a investidores, que arrecadou 6,6 bilhões de euros (R\$ 29,9 bilhões). Até 2005, o governo vendeu todas as suas ações remanescentes ao KfW, que, por sua vez, as ofereceu para investidores no mercado de capitais.

O Deutsche Post comprou a empresa norte-americana de entregas expressas DHL em 2002, e hoje é uma das maiores companhias de logística do mundo, com cerca de 550 mil empregados em mais de 220 países e receita de 61 bilhões de euros (R\$ 276 bilhões) em 2018. O modelo alemão pode ser a melhor solução para os Correios, mas a Constituição Federal prevê que a União deve manter o serviço postal e legislar sobre o setor. Por isso, uma eventual privatização dos Correios precisaria ser aprovada pelo Congresso Nacional, por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC).

Cartão Prato Cheio
ALIMENTAÇÃO GARANTIDA PARA 520 MIL PESSOAS, AGORA POR 18 MESES.

Maria Júlia e Dherick BENEFICIADOS COM O CARTÃO PRATO CHEIO

520 mil PESSOAS CONTEMPLADAS

Criado por este GDF em 2020, o Cartão Prato Cheio acaba de ser ampliado. O período de duração do benefício passou de 9 para 18 meses, mais 30 mil famílias foram incluídas no Programa e agora são 130 mil atendidas.

CARTÃO PRATO CHEIO. ESTE GDF NÃO PARA.

PARA SABER MAIS, ACESSE O QR CODE

GDF